

## Lições Italianas Para A Esquerda Brasileira

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

A emergência da esquerda nas recentes eleições como força política de grande importância na esfera municipal tem estimulado especulações quanto a possíveis implicações para a disputa da eleição presidencial de 2002. Alguns analistas têm considerado o crescimento da votação nos candidatos de oposição como indício de que aumenta significativamente a probabilidade de vitória de um candidato opositor de esquerda no pleito presidencial.

Se for buscado um paralelo com outros países que possa servir de referência para a análise do caso brasileiro, certamente a história política da Itália pós-Segunda Guerra Mundial apresenta similaridades marcantes com a situação ora vivida no Brasil.

Na esteira da vital participação do Partido Comunista Italiano na resistência ao fascismo e no movimento partigiano, as eleições de pós-guerra marcaram notáveis vitórias eleitorais comunistas, principalmente no centro do país. E, ao contrário do que ocorreu em outros países, a força política comunista não declinou, refletindo o apelo eleitoral da crescente insatisfação do PCI com a visão oficial soviética e se beneficiando da explícita busca togliattiana do "caminho italiano para o socialismo".

Em cidades como Bolonha, o controle da administração municipal permaneceu meio século na mão do PCI, graças a consistente folha de serviços de boa qualidade prestados por administrações menos corruptas comparadas à alternativa democristiana. A esquerda no Brasil tem agora a oportunidade de colocar-se na mesma posição favorável, com a vantagem de melhor distribuição geográfica, visto ter demonstrado presença marcante em praticamente todas as regiões do País.

Durante muitos anos, o problema estratégico que se colocou para o PCI foi o de viabilizar a transposição de sua força política local para o plano nacional, firmemente controlado, desde De Gasperi, por coalizões variadas de centro-direita.

No terreno político, o PCI enfrentou permanentemente o ônus de justificar ao eleitorado a sua oposição à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apesar de seu crescente distanciamento em relação à URSS.

Em 1973, inspirado em amargas lições chilenas, Enrico Berlinguer propôs o compromisso histórico, nova iniciativa política que seria o marco de referência da vida política italiana dos anos setenta. Tratava-se de assegurar a aliança entre comunistas, socialistas e católicos que livraria a Itália da tradição de mau governo consolidada sob a hegemonia da democracia cristã.

Contudo, o assassinato de Aldo Moro cristalizou o fracasso deste projeto de coalizão de centro-esquerda que, caso coroado de sucesso, permitiria, finalmente, o

acesso do PCI ao governo central. Só na década de noventa, com o ocaso da URSS, foi possível um governo de centro-esquerda reunindo inclusive fragmentos dos candidatos iniciais ao compromisso histórico.

O problema que enfrenta hoje a oposição no Brasil é similar ao enfrentado na Itália dos anos sessenta e setenta: como transformar vitórias no âmbito municipal em uma etapa na escalada rumo ao controle do governo federal. Mas o obstáculo principal é de natureza essencialmente diversa nos dois casos.

A esquerda brasileira não enfrenta, ao contrário do PCI, o ônus de ter que desvencilhar-se de suspeitas quanto à sua falta de independência frente a influências provenientes de outros países. Mas enfrenta o grande obstáculo de não ter um programa de governo na esfera federal que tenha um nível mínimo de credibilidade.

No terreno econômico, o PCI nunca esposou políticas que conflitassem frontalmente com o objetivo de manter a estabilidade macroeconômica. Mas a esquerda brasileira tem insistido em iniciativas demagógicas, tais como o plebiscito das dívidas ou afirmações pouco responsáveis quanto ao prolongamento compulsório dos prazos de vencimento da dívida interna. Ao mesmo tempo não perde ocasião para defender privilégios previdenciários de minorias ou os lucros de setores industriais protegidos da competição.

A menos de uma substancial guinada no enfoque reformista da oposição rumo a objetivos que afetivamente atendam aos interesses dos mais pobres, com endosso explícito de políticas responsáveis no plano macroeconômico, é improvável que a oposição consiga evoluir da órbita municipal para a federal.

Ao mostrar descaso por qualquer noção de prudência macroeconômica, de fato a oposição torna o jogo político muito mais fácil para seus adversários. Que sempre podem fazer referência ao irrealismo macroeconômico das propostas da esquerda e, simultaneamente, desenfaturar a importância de programa reformista que esteja efetivamente dirigido para atender os interesses populares.

Enquanto equilíbrio fiscal for "coisa de reacionário", e for "progressista" defender privilégios setoriais, o mais provável é que a esquerda esteja fadada a reiteradamente entregar de bandeja o controle do governo federal a coalizões de matizes diversos, incluindo setores fisiológicos e, também, os que conseguem perceber que restrições orçamentárias existem.

É até possível argumentar que, sem poder fazer promessas mirabolantes no plano federal, a oposição não vai conseguir ter tanto sucesso eleitoral.

Mas, talvez valha a pena tentar, pois de outro modo será difícil evitar a quarta derrota consecutiva em eleições presidenciais.

.-----

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio